

O MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA (Antonio Carlos Diegues)

Gabriela Ramos Andrade; Livia Duran P. de Souza e Lucas Barboza Martins

O autor inicia o livro discutindo o surgimento, desenvolvimento e consequências das ideias preservacionistas em meados do século XIX nos Estados Unidos. Predominava, até então, uma desvalorização do mundo selvagem, influenciada pelas concepções europeias de dominação da natureza, ao contrário das concepções orientais, de veneração da mesma. Entretanto, com o desenvolvimento da História e Teologia Natural e da influência da Escola Romântica daquela geração, assim como a Revolução Industrial tornando as condições de vida insustentáveis nos centros urbanos, propaga-se certo sentimento de “contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual”, segundo Keith Thomas. Depois, essas ideias influenciariam, nos Estados Unidos, a criação de reservas de áreas naturais, “selvagens e intocadas”, as subtraindo da expansão agrícola e as colocando à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

O mito americano dominante no início do século XIX, entretanto, acreditava na inesgotabilidade dos recursos naturais e não levava em conta a ocupação indígena. Em 1862, com a corrida para o oeste, as terras distantes e “intocadas” rapidamente tornaram-se domínio de uma agricultura moderna e indústria expansiva, transformando bruscamente o território nacional. Em torno de 1890, os custos ambientais e sociais tornaram-se evidentes, o que resultou numa preocupação crescente com a proteção ambiental. Tal preocupação originou o movimento conservacionista, que teve como influência a crítica da destruição das florestas para fins comerciais de Thoreau e a ideia de que a onda de destruição do mundo natural ameaçava a própria existência do homem sobre a terra, segundo Marsh.

Por outro lado, a noção de “wilderness” (vida selvagem) tinha como princípio a natureza intocada, que serviu de base para a criação dos parques norte-americanos, que, segundo a lei, não poderiam ser habitados. Essa visão foi criticada particularmente pelos índios que não entendiam a natureza como selvagem e intocada uma vez que pertenciam àquelas terras dos seus ancestrais.

O teórico John Muir propõe, também, uma visão ecocêntrica que influenciaria a noção de conservacionismo, que supõe o respeito pela natureza como o mero reconhecimento do ser humano como parte das comunidades naturais, ambos sendo essencialmente interdependentes. Por esta razão, não poderia o homem ter direitos superiores aos animais ou qualquer outro elemento natural. Tal preceito ganhou importante apoio científico da História Natural, principalmente da Teoria da Evolução de Charles Darwin. Nesse processo, as áreas de parques nacionais de proteção ambiental cresceram consideravelmente nos Estados Unidos, mas as intenções deixaram de seguir ambições estéticas para seguirem critérios ecológicos.

Segundo Diegues, para promover a conservação no “mundo natural” é importante entender algumas visões, como a de Gifford Pinchot, importante engenheiro florestal e político americano com um ponto de vista conservacionista. Este autor observa três princípios básicos no que se refere à proteção da natureza: o uso racional dos recursos naturais, a prevenção de desperdício e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Trata-se de princípios precursores do “desenvolvimento sustentável”. Em oposição à teoria conservacionista, o preservacionismo se refere à reverência à natureza em relação à apreciação estética e espiritual da vida selvagem (“wilderness”), buscando proteção da natureza contra o desenvolvimento industrial, moderno e urbano.

O preservacionismo defende que a natureza deve ser conservada para o uso humano, por sua beleza não pela importância ambiental e sem considerar a importância das pessoas na preservação ambiental e cultural. No que se

refere ao conservadorismo moderno, há o entendimento segundo o qual as pessoas devem preservar o meio ambiente na medida em que a natureza não está presente para o homem, mas é o homem que faz parte da natureza. Desta maneira, realça-se a importância do equilíbrio ecológico e da preservação de qualquer bioma.

No texto, é citada a compreensão ecológica da bióloga Rachel Carson ao constatar que “o controle da natureza é uma sentença concebida na arrogância” quando tal controle supõe que a natureza existe somente para conveniência humana. O surgimento dos parques nacionais “virgens” e inabitados obedeceu a uma visão antropocêntrica onde beneficiava as populações urbanas, sendo valorizados por motivações estéticas, religiosas ou culturais. Ou seja, evidencia-se, assim, a concepção de que a natureza está somente para servir a sociedade humana moderna em seus diversos âmbitos, contrapondo-se a ideia da preservação natural pelo respeito à biodiversidade e aos processos naturais. Além disso, Rachel escreveu importantes livros sobre o mundo natural: *The Sea Around Us* (1951) e *Silent Spring* (1961). Este último foi particularmente importante por fazer uma severa crítica ao uso de agrotóxicos, cujo debate é atualíssimo no mundo todo.

Em torno de 1992, Gomez-Pomba e Kaus criticam as ações fundadas “no conceito de ‘wilderness’ como terra intocada ou domesticada, pois este último é, fundamentalmente, fruto de uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de matéria-prima. Os habitantes da zona rural têm percepções diferentes das áreas que os urbanos designam como wilderness, o que leva a basear o uso da terra em visões alternativas, não consideram a floresta tropical como selvagem, mas sua casa. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza. Eles discutem, ainda, a restrição dos conservacionistas tradicionais em enxergar somente os valores estético, biológico e ecológico, ignorando as populações urbanas que vivem em tais áreas de conservação ambiental.

Por outro lado, a associação entre movimentos sociais de acesso à terra e aos seus recursos naturais e as características da crise ambiental moderna, estritamente vinculada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental, fizeram surgir um novo modelo de conservacionismo. De outra parte, o autor critica a importação de um ambientalismo dos países industrializados que “não reflete as aspirações e os conceitos sobre a relação homem/natureza nos países do Sul”. O ambientalismo no Norte tem origem na rejeição do industrialismo e dos seus valores consumistas, portanto “muito raramente incluem o problema da pobreza e, principalmente, a má distribuição de renda”, como pontua Diegues.

Para os preservacionistas, as populações tradicionais não deveriam permanecer nas áreas naturais protegidas, a função dos parques eram a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa. Logo a proteção da biodiversidade era colocada como secundária. Com a Estratégia Mundial para a Conservação, da UICN (1980) e o manual da UICN, *Managing Protected Areas in the Tropics* (1986), novas ideias para a conservação davam importância à preservação da biodiversidade e ao conhecimento das populações tradicionais, pois verificaram também que a preservação de uma área está relacionada com as práticas tradicionais de agricultura local. As florestas, por exemplo, possuem capacidade de regeneração aos impactos causados pelas populações tradicionais devido aos métodos de agricultura itinerante. Gomez-Pompa afirma que muitas espécies dominantes das selvas “primárias” do México e da América Central são, na verdade, espécies úteis que o homem do passado protegeu e que sua abundância atual está relacionada com este fato. Isso deu origem à sua hipótese da variabilidade induzida pelo homem no meio ambiente.

Segundo Brown, K. & Brown, G. comparando a influência das comunidades tradicionais e dos grandes fazendeiros e grupos econômicos na conservação da biodiversidade na floresta tropical brasileira, é evidente a destruição gerada pela ação dos grandes grupos e a latifundiários que resultam, ainda que acompanhadas de “medidas

conservacionistas” como APP (Área de Preservação Permanente) e RL (Reservas Legais). Este sistema em grande escala gera considerável desgaste do meio ambiente, o que leva à beira da exaustão os recursos naturais. Os autores também criticam a descrição como “subdesenvolvido” e “primitivo” o método não-econômico e comunitário de uso da terra e seus recursos pelas populações tradicionais, uma vez que estas últimas desenvolvem o uso mais rentável da floresta e eficaz acerca da manutenção da biodiversidade e dos processos naturais envolvidos. As populações tradicionais possuem alta conectividade com a natureza, seus impactos são pequenos e facilmente regenerados, pois esses povos cuidam para que sua cultura e seus modos de “ser” e “estar” no mundo sejam perpetuados, sendo, portanto, de extrema importância para a prevenção ecológica de uma região. Logo, a expansão de áreas naturais protegidas de forma a respeitar as práticas culturais das populações tradicionais favorece a preservação de formas de vida humana mais harmoniosas com o mundo natural e sua biodiversidade. Como exemplo, as populações tradicionais não utilizam, de modo geral, agrotóxicos.

Hoje ainda existem soluções para conciliar produção para a subsistência de famílias tradicionais e proteção da natureza, tal como os SAFs (Sistemas Agroflorestais). Esse sistema integra árvores para produção de madeira, frutos, óleos, resina, látex e outros produtos não madeireiros, com outras espécies vegetais de rápido crescimento para a produção de alimento. Existem também a agricultura em harmonia com a pecuária, com a plantação de árvores de ciclo curto (7 anos). Com efeito, as árvores fazem sombra para melhorar o bem-estar animal, a qualidade do leite melhorando significativamente. Ademais, há melhoria da renda, com o sistema chegando a produzir 40m²/ha/ano de madeira, produtividade considerada boa para pequenos produtores.

Nesta linha de raciocínio, convém destacar que o turismo ecológico e a produção de artesanato para melhorar e promover melhor qualidade de vida está crescendo no Brasil. Com baixo impacto ambiental essas atividades geram recursos para as comunidades se sustentarem, além de ajudar com educação ambiental e favorecer a interação com o meio ambiente.

Por fim, convém lembrar que no Brasil há 320 unidades federais de conservação, que podem ser de uso sustentável ou de proteção integral. A propósito, estes dois tipos de unidades de conservação revelam em alguma medida estratégias de conservação oriundas das perspectivas conservacionistas e preservacionistas. Entre as unidades de conservação da natureza, podemos citar o Parque Nacional do Xingu que foi criado em 1961 e com área de aproximadamente 2 800 000 hectares. Outro parque nacional brasileiro importante é a Chapada Diamantina, que nasceu em 1985 com o objetivo de conservar as nascentes do rio Paraguaçu e a biodiversidade.